



4584070



00135.209220/2024-57



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Ata da 329ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
(CONANDA)**

Datas: 9 e 10/09/2024

Brasília, na data da assinatura.

Nos onze e doze do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no: Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, Sala Plenária 10º andar, foi realizada a Trecentésima Vigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA. **Estiveram presentes dia 11/09/2024:** Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Bruna Bragança Boreli Volponi (Ministério da Saúde); Carolina Pereira Tokarski (Casa Civil da Previdência da República); Claudio Augusto Vieira da Silva (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Clóvis Alberto Pereira (Organização Nacional dos Cegos); Dayse César Frango Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Edmundo Ribeiro Kroger (Central de Educação e Cultura Popular – CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (CNBB); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTOLOZZI); Erasto Fortes Mendonça (Ministério da Educação); Jessica Raiany Santos Costa (Secretaria Nacional de Juventude); Leonéa Vitória Santiago (Ministério do Esporte); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Luísa Raquel Alves Espindula (Secretaria Nacional e de Juventude); Marcelo Aguiar Cerri (Ministério do Planejamento); Marco Antônio Soares (CUT); Maria de Jesus Bonfim de Carvalho (Ministério do Desenvolvimento); Maria Gutenara Martins Araújo (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Nara Denilse de Araújo (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano); Fernanda Gabriela Batista Veloso (CPA/MG); Maria Gabriela Pereira da Costa (CPA/CE); Nikollas Kaua de Jesus Lima (CPA/SE); Raul Zainedin da Rocha (CPA/PR); Vitória Elise Fernandes Oliveira (CPA/SC). **Convidados:** Maria Isabel da Silva (FLACSO); Nancy Torres (FLACSO); Sara Hussein G. de Figueiredo (FLACSO); Ricardo W.M. Demezo (FNDCA/OAB); Tayanne Galeno (ALANA); Salete V. Camila (FLACSO). **No dia 12/09/2024 estiveram presentes:** Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Ana Angélica Campelo (Ministério do Desenvolvimento); Bruna Bragança Boreli Volponi (Ministério da Saúde); Dayse César Frango Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Edmundo Ribeiro

Kroger (Central de Educação e Cultura Popular – CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (CNBB); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTOLOZZI); Jessica Raiany Santos Costa (Secretaria Nacional de Juventude); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Maraiza Bezerra Lessa (Ministério da Educação); Marcelo Aguiar Cerri (Ministério do Planejamento); Marco Antônio Soares (CUT); Maria de Jesus Bonfim de Carvalho (Ministério do Desenvolvimento); Maria Gutenara Martins Araújo (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Marina de Pol Poniwas (CFP); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano); Fernanda Gabriela Batista Veloso (CPA/MG); Maria Gabriela Pereira da Costa (CPA/CE); Nikollas Kaua de Jesus Lima (CPA/SE); Raul Zainedin da Rocha (CPA/PR); Vitória Elise Fernandes Oliveira (CPA/SC). **Convidados:** Maria Isabel da Silva (FLACSO); Nancy Torres (FLACSO); Sara Hussein G. de Figueiredo (FLACSO); Ricardo W.M. Demezo (FNDCA/OAB); Salete V. Camila (FLACSO). Lucas Arruda C. Muniz (FLACSO).

**Dia 11/09/2024 – Manhã – Abertura da 329ª Assembleia Ordinária do Conanda:** A Sra. Cleide Constantino de Araújo Duarte iniciou a reunião com a apresentação da **pauta dos dias onde e doze de setembro de dois mil e vinte e quatro:** Abertura da 329ª Assembleia do Conanda Chamada dos conselheiros e participantes da reunião para autodescrição Leitura da Ordem do dia; A) Informes da Secretaria Executiva do Conanda Informes da Mesa Diretora; B) Aprovação das Atas da 326ª, 327ª e 328ª Assembleias Ordinárias; C) Relatoria do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA/Conanda; D) Relatoria da Comissão de Mobilização e Políticas Públicas – CMF; E) Intervalo para o almoço; F) Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP Pauta com convidados: Projeto de Lei nº 2.225, de 2024, da Sra. Deputada Laura Carneiro Convidadas: Sra. Marina Silva - Presidente do Conama e Ministra do Meio Ambiente, Sra. Astrid - Relatora Especial para Meio Ambiente Limpo Saudável e Sustentável da ONU, Sra. Elisa Morgera - Relatora Especial de Direitos Humanos e Mudanças Climáticas da ONU; G) Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças - COF; H) Relatoria do GT Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Orfandade; I) Encerramento do primeiro dia da 329ª Assembleia Ordinária do Conanda 329ª Assembleia Ordinária do Conanda. 2. Abertura do segundo dia da 329ª Assembleia do Conanda Leitura da Ordem do dia; A) Relatoria da Comissão de Políticas Públicas – CPP Pauta com convidados: Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária Convidados: Representantes do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Representantes da Secretaria Nacional de Assistência Social; B) GT para desenvolver a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital; C) Intervalo para o almoço; D) Relatoria do GT Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE; E) Eleição das Organizações da Sociedade Civil para o Biênio 2025- 2026; F) Encaminhamentos Finais; G) Encerramento da 329ª Assembleia Ordinária. Continuamente, Após a apresentação de cada participante, a Sra. Marina de Pol Poniwas deu continuidade ao trabalho, enfatizando a importância de aprovar a pauta do dia. Algumas solicitações de alteração foram feitas, e as relatorias foram informadas sobre a possibilidade de chegarem atrasadas. O Sr. Antônio Lacerda Souto expressou a necessidade de se ausentar para uma audiência e propôs a troca na ordem das relatorias. A Sra. Marina de Pol Poniwas aceitou a sugestão, ajustando a pauta conforme necessário. A Sra. Ana Claudia Cifali solicitou que a eleição das organizações da Sociedade Civil fosse discutida logo após o almoço, proposta que também foi aprovada. Em seguida, a Sra. Lucinete Correa Tavares deu início aos informes da Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda, apresentando as agendas externas de agosto e setembro. Entre os eventos

mencionados, destacaram-se o Diálogo Internacional do G20 e a Audiência Pública sobre os Direitos Humanos das Pessoas Intersexo. Também foram citadas a 45ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e outras atividades relevantes. O Sr. Edmundo Ribeiro Kroger elogiou a Sra. Marina de Pol Poniwas por sua participação no Seminário de Mudanças Climáticas e Infância, realizado em Belém do Pará, ressaltando a significativa presença de adolescentes e a importância das discussões locais. A Sra. Lucinete Correa Tavares expressou agradecimentos pela caravana realizada no estado do Amapá, elogiando a metodologia que permitiu ampla participação dos municípios. A Sra. Maraiza Bezerra Lessa destacou sua participação no seminário comemorativo dos cinco anos do Pacto pela Primeira Infância, mencionando a transferência da coordenação dessa política para o Ministério de Direitos Humanos e sublinhando a necessidade de inclusão do Conanda nesse processo. O Sr. Eloi Gallon parabenizou os atletas paralímpicos pelo sucesso obtido nas competições, ressaltando a relevância do esporte na inclusão de crianças e adolescentes com deficiência. Adicionalmente, comentou sobre o guia em desenvolvimento que abordará os riscos do uso excessivo de telas. O Sr. Nikollas Kaua de Jesus Lima mencionou sua participação no 11º Webinário Nacional do Programa Saúde na Escola e a formação do Comitê de Participação de Adolescentes em Sergipe, destacando a importância da participação dos adolescentes na formulação de políticas públicas. A Sra. Marina de Pol Poniwas trouxe à tona as deliberações da mesa diretora, enfatizando a necessidade de envio imediato dos canhotos das passagens para otimizar a organização das viagens. Destacou também a aprovação do Pacto pela Escuta Protegida e a avaliação do Terceiro Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. A Sra. Fernanda Gabriela Batista Veloso se apresentou, reforçando seu papel como suplente no conselho. Logo após, o Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, apresentou a pauta do Setembro Amarelo, ressaltando a importância da conscientização sobre a prevenção do suicídio, com o lema deste ano sendo "Se precisar, peça ajuda". O tema da saúde mental e da prevenção do suicídio foi abordado com ênfase na importância de reconhecer os múltiplos fatores que levam a tentativas de suicídio, incluindo discursos de ódio, influência da mídia, educação e o ambiente familiar. A Sra. Jessica destacou que, especialmente após a pandemia de Covid-19, houve um aumento significativo de problemas de saúde mental entre os adolescentes, resultado do isolamento social e da perda de entes queridos. A Sra. Lucinete Correa Tavares acrescentou que o discurso de ódio, que se intensificou nas redes sociais e nas escolas, exacerbou o bullying e teve um impacto negativo na autoestima de muitos jovens. Defendeu a urgência de criar uma sociedade mais acolhedora e empática, onde o respeito e a compreensão prevaleçam. O Sr. Nikollas Kaua de Jesus Lima observou que a pressão exercida pelas redes sociais, com a constante comparação da vida idealizada, tem levado a consequências prejudiciais. Enfatizou a necessidade de campanhas virtuais que informem os jovens sobre como buscar ajuda e que promovam um ambiente de apoio. A Sra. Maria Gabriela Pereira da Costa ressaltou a relevância de discutir a saúde mental no contexto escolar, uma vez que as escolas são o local onde a maioria dos jovens passa seu tempo. Apontou que a normalização do discurso de ódio, muitas vezes replicado por figuras públicas, contribuiu para o aumento do bullying e afetou gravemente o ambiente escolar. A Sra. Vitória Elise Fernandes Oliveira defendeu a implementação de profissionais psicoemocionais nas instituições de ensino, argumentando que a saúde mental deve ser considerada um direito fundamental. Observou que a influência dos responsáveis é determinante no desenvolvimento das crianças e adolescentes. A Sra. Débora de Carvalho Vigevani complementou a discussão ao ressaltar que a saúde mental é uma questão social e não apenas uma problemática individual. Apresentou dados alarmantes sobre o aumento de

suicídios entre jovens, especialmente nas populações indígenas, ressaltando a necessidade de políticas públicas que garantam acesso à saúde mental. O Sr. Eloi Gallon agradeceu a participação dos adolescentes e enfatizou a crescente desconexão social em decorrência do uso excessivo de tecnologias. Alertou para os riscos associados ao uso indiscriminado de telas e a importância de promover uma conscientização sobre esses perigos, destacando que a saúde mental deve ser uma prioridade contínua. O Sr. Eloi Gallon enfatizou a necessidade de incluir especialistas, como oftalmologistas e pediatras, nas discussões sobre saúde mental, alertando para os potenciais problemas que a juventude enfrentará nas próximas décadas se medidas adequadas não forem tomadas. A Sra. Débora de Carvalho Vigevani parabenizou o Sr. William pela conquista e destacou a importância da participação de adolescentes na política, mencionando a necessidade de abordar o racismo estrutural nas escolas, especialmente à luz de um recente caso de suicídio em São Paulo. Propôs conectar o Sr. William com coordenadores do Instituto Fazendo História para uma parceria em Sergipe. O assunto da saúde mental teve um impacto significativo nas discussões, evidenciando a necessidade de ações concretas para promover a proteção e o apoio aos jovens. A discussão prosseguiu com os participantes refletindo sobre a importância de envolver toda a sociedade na promoção da saúde mental. A Sra. Lucinete Correa Tavares mencionou a necessidade de programas de formação para educadores, visando capacitá-los a identificar sinais de sofrimento emocional entre os alunos. A Sra. Vitória Elise Fernandes Oliveira apoiou a ideia, sugerindo que essas formações incluam tópicos sobre diversidade e inclusão, para que todos os jovens se sintam acolhidos. O Sr. Edmundo Ribeiro Kroger destacou a importância da colaboração entre diferentes setores, como educação, saúde e assistência social, para construir uma rede de apoio robusta. Enfatizou que a integração das políticas públicas é crucial para enfrentar as diversas facetas da saúde mental e garantir que todos os jovens tenham acesso a recursos adequados. O Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, propôs a criação de um manifesto conjunto, que será distribuído nas escolas e nas redes sociais, abordando os principais pontos discutidos sobre saúde mental e prevenção do suicídio. Todos concordaram que essa iniciativa é fundamental para sensibilizar a população e mobilizar esforços em torno da causa. A Sra. Marina de Pol Poniwas, ao encerrar a assembleia, agradeceu a todos pela participação ativa e pelas contribuições valiosas. Reforçou o compromisso do Conanda em priorizar a saúde mental nas pautas futuras e a importância de cada um se tornar um agente de mudança em suas comunidades. **Dia 11/09/2024 – Tarde:** A Sra. Macaé Evaristo ressaltou a importância do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda, que, apesar dos desafios significativos enfrentados nos últimos anos, tem avançado na proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Mencionou a campanha "Conanda Vive e Luta", reafirmando o compromisso da instituição. Entre as conquistas recentes, foram citadas recomendações para a proteção de crianças em emergências e políticas de segurança no ambiente digital. O processo de desinstitucionalização de adolescentes em comunidades terapêuticas também foi abordado, assim como a luta contra a violência, o racismo e questões de gênero, além de problemas emergentes, como o negacionismo científico e climático. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda, está em processo de consulta pública para diretrizes voltadas à proteção integral de adolescentes em restrição de liberdade e colabora na elaboração de políticas para atender crianças e adolescentes LGBTQIA+. Representando o Comitê de Participação de Adolescentes, a Sra. Maria Gabriela Pereira da Costa explicou que o Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, é formado por 47 adolescentes de diferentes estados que buscam garantir que suas vozes sejam ouvidas. O Sr. Nikollas Kaua de Jesus Lima reforçou a importância do papel do Comitê

de Participação de Adolescentes, CPA, para assegurar que as vozes de crianças e adolescentes sejam ouvidas, destacando a participação ativa nas discussões sobre políticas públicas e em eventos interministeriais, defendendo o direito à participação conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. A Sra. Fernanda Gabriela Batista Veloso expressou a importância da participação do Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, nas políticas públicas, ressaltando que não é possível entender as necessidades de crianças e adolescentes sem sua inclusão. A Sra. Fernanda citou a história da participação no Brasil, mencionando a ditadura e o movimento que culminou na redemocratização do país e na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Destacou que a voz e o protagonismo dos jovens são essenciais para garantir direitos e evidenciar desigualdades sociais, que incluem racismo, machismo e homofobia. A Sra. Fernanda também ressaltou que o Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, simboliza a cura e a reparação histórica, permitindo que adolescentes de grupos vulneráveis participem ativamente nas discussões sobre seus direitos, e solicitou apoio da Sra. Ministra Macaé Evaristo para a realização de um encontro nacional do Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, em dezembro. A Sra. Ministra Macaé Evaristo, ao se dirigir ao grupo, mencionou seu respeito pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda, e o papel crucial que a entidade teve na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente durante a pandemia. Expressou compromisso com as pautas abordadas e a importância do diálogo e da colaboração para enfrentar questões sociais atuais, como pobreza e falta de moradia, que afetam crianças no Brasil. A Sra. Ministra Macaé Evaristo se colocou à disposição para trabalhar em conjunto, afirmando que a educação é indissociável de outros direitos. A Sra. Astrid Pontes para o direito ao meio ambiente limpo, saudável e sustentável, apresentou sua função e objetivos, enfatizando a importância do reconhecimento deste direito em várias constituições ao redor do mundo. Mencionou que o trabalho da relatoria envolve abordar os impactos diferenciados que grupos vulneráveis, como crianças e indígenas, enfrentam em relação ao meio ambiente, compartilhando que está elaborando relatórios anuais para a ONU, priorizando a implementação de direitos reconhecidos. A Sra. Fernanda Gabriela Batista Veloso enfatizou a importância da participação do Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, reiterando que "nada para nós sem nós" e que políticas públicas eficazes necessitam da participação ativa dos jovens. A Sra. Fernanda Gabriela Batista Veloso lembrou a luta pela democracia e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, sublinhando a relevância da voz de crianças e adolescentes na sociedade. Viu o Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, como um símbolo de reparação histórica e inclusão de grupos vulneráveis nas discussões sobre direitos e políticas públicas. Ao final, reafirmou o compromisso com a luta pelos direitos dos jovens e solicitou apoio para um encontro nacional do Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, em dezembro. A Sra. Ministra Macaé Evaristo, em seu pronunciamento, reiterou respeito pelo trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda, e pela defesa dos direitos das crianças, especialmente durante a pandemia, reforçando seu compromisso com a proteção desses direitos e a necessidade de um trabalho colaborativo. A Sra. Elisa Morgera sobre mudanças climáticas e direitos humanos, apresentou sua função e o mandato recebido para promover o direito a um meio ambiente limpo e saudável. Ressaltou a importância de entender os impactos das mudanças climáticas em grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes, e a necessidade de medidas específicas para garantir sua proteção, enfatizando a implementação de leis existentes, a melhoria dos estudos de impacto ambiental e o fortalecimento da participação da sociedade civil na proteção do meio ambiente. O Sr. Edmundo Ribeiro Kroger abordou a relevância do Cerrado e os desafios enfrentados por esse

bioma, criticando a legislação que permite o desmatamento excessivo e os impactos do agronegócio nas mudanças climáticas. Apresentou o projeto de lei nº 2.225, conhecido como marco legal da criança e natureza, ressaltando a importância de uma moção conjunta do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama, e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda, para que essa proposta tramite em regime de urgência, finalizando com a necessidade de uma postura firme da sociedade civil frente ao desmatamento e à exploração de combustíveis fósseis. O Sr. Edmundo Ribeiro Kroger destacou que a Coreia do Sul foi o primeiro país a promulgar uma lei visando garantir uma qualidade de vida sustentável para futuras gerações, reconhecendo que as políticas públicas atuais não são suficientes para alcançar as metas do Acordo de Paris, e mencionou a grave situação ambiental do Brasil, citando incêndios florestais e degradação do Cerrado. Afirmou a importância do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na formulação de políticas para crianças e adolescentes e sugeriu apoio a uma moção conjunta já aprovada no Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama, enfatizando a necessidade de participação ativa na elaboração do Plano Clima do Brasil. A Sra. Amanda Anderson de Souza expressou preocupação com a falta de inclusão de povos tradicionais nas discussões sobre direitos e políticas públicas, salientando a importância de abordar as realidades dos quilombos e a necessidade de um manejo de terra mais sustentável, criticando a prática atual que favorece queimadas e degradação ambiental. A Sra. Aguató refletiu sobre as realidades caóticas do Brasil, mencionando poluição do ar e consequências do agronegócio, destacando a necessidade de ressignificar o modelo agrícola, promovendo agroecologia e educação ambiental nas escolas, especialmente para crianças da rede pública. Enfatizou a urgência de garantir acesso à água potável e a importância de um marco legal para o saneamento básico, criticando o uso de agrotóxicos como o glifosato e chamando a atenção para a contaminação dos aquíferos brasileiros. Levantou-se a questão da relação entre o documento da Organização das Nações Unidas, ONU, e a Convenção sobre os Direitos da Criança, questionando até que ponto as diretrizes internacionais refletem as realidades e desafios enfrentados no Brasil. Ao abordar o novo documento em formulação e a criação da autoridade climática, foi expressa a necessidade de entender como essa autoridade se integrará ao governo, mencionando que a coordenação pode ficar a cargo da Casa Civil. Destacou-se a importância de conectar o plano do clima com as iniciativas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Comitê de Participação de Adolescentes, reforçando que essas políticas devem dialogar entre si, especialmente em um momento crítico em que as queimadas afetam 60% do território brasileiro. O Sr. Eloi Gallon enfatizou a importância de uma abordagem coletiva para questões ambientais, fazendo homenagem aos lanceiros negros da Revolução Farroupilha e ressaltando a necessidade de reconhecimento histórico e a luta por uma sociedade mais inclusiva. Destacou a importância do grito "nada para nós sem nós", enfatizando a necessidade de escutar aqueles que mais sofrem com as consequências das queimadas e degradação ambiental, abordando a intersetorialidade entre questões ambientais e direitos da criança e do adolescente, argumentando que é necessário encontrar soluções conjuntas que beneficiem todos os grupos da sociedade. A reunião concluiu com um apelo à construção de um futuro mais justo e inclusivo, com a participação ativa de todos os envolvidos na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, promovendo um espaço de diálogo ampliado e uma agenda conjunta para que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. **Dia 12/09/2024 – Manhã:** A Sra. Jessica Raiany Santos Costa enfatizou a necessidade de considerar as questões migratórias e as especificidades de povos e comunidades tradicionais no planejamento das políticas públicas,

destacando a importância da participação de crianças e adolescentes nas estratégias estabelecidas. Detalhou o progresso na elaboração do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, iniciado em 2020, que se baseia em três eixos principais: apoio à família, serviços de acolhimento de qualidade e direito à adoção. Destacou que diversas pesquisas foram realizadas com a colaboração do IPEC, envolvendo a escuta de diferentes atores do sistema, incluindo jovens. A reintegração familiar e o fortalecimento de famílias acolhedoras foram ressaltados como essenciais para a reorganização do serviço de acolhimento no Brasil. Apesar dos avanços, persistem desafios, especialmente em relação ao perfil das crianças e adolescentes que buscam adoção, onde a oferta ainda não atende à demanda. A Sra. Jessica Raiany Santos Costa ressaltou a importância de considerar as necessidades específicas dos adolescentes e jovens egressos do sistema de acolhimento, um grupo frequentemente marginalizado. Abordou a implementação de políticas de cuidado e proteção para esses jovens ao deixarem os serviços de acolhimento, enfatizando a necessidade de um enfoque intersetorial. Destacou-se que fatores como pobreza e violência doméstica contribuem para o afastamento das crianças de suas famílias e reafirmou a importância de identificar precocemente situações de risco. A Sra. Dayse César Frango Bernardi ressaltou a relevância da participação da sociedade civil nas políticas de acolhimento, defendendo um trabalho interseccional que atenda tanto crianças quanto suas famílias. A Sra. Andréia Fernandes reafirmou o compromisso do Conselho em fortalecer as políticas sociais, enquanto Patrícia destacou os desafios enfrentados por mulheres no setor. A Sra. Cristiane Sobral Correa Jesus sublinhou a importância de integrar políticas públicas para promover oportunidades de emprego a jovens em acolhimento. O Sr. Raul Zaneidin da Rocha enfatizou a necessidade de ouvir as vozes de crianças e adolescentes, especialmente no que diz respeito às crianças com deficiência, e de ações intersetoriais para enfrentar suas vulnerabilidades. A Sra. Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira abordou a complexidade da proteção de crianças e adolescentes em acolhimento, clamando por uma gestão mais humanizada, enquanto Débora anunciou a criação de uma comissão para organizar uma consulta pública sobre o plano de acolhimento, que será realizada entre outubro e novembro. No âmbito do Grupo Temático Ambiente Digital, foram discutidos temas como violência, inclusão digital e proteção de dados, com foco na participação de crianças e adolescentes nas decisões. A necessidade de um cronograma e a colaboração entre diferentes ministérios foram destacadas, com a intenção de alinhar esforços nas políticas de proteção aos direitos infantojuvenis. A reunião culminou em um debate sobre as irregularidades no processo de seleção de propostas, a necessidade de clareza nas regras e a importância de um sistema eleitoral que respeite a diversidade das organizações da sociedade civil. O consenso foi de que é essencial garantir a participação efetiva e justa de todas as partes envolvidas. Os encaminhamentos definidos foram unanimemente aprovados, refletindo um compromisso coletivo em avançar nas políticas de proteção aos direitos de crianças e adolescentes. **Dia 12/09/2024 – Tarde:** Na reunião do Conselho Nacional de Assistência Social, o Sr. Claudio Augusto Vieira da Silva foi questionado sobre sua proposta de alteração no texto, enfatizando que a sociedade civil não deveria modificá-lo, dado que o edital já incluía cláusulas de barreira para participação no processo eleitoral. As decisões resultaram em duas propostas, sem necessidade de votação, com o edital e a resolução aprovados por unanimidade. A Sra. Nara Denilse de Araújo apresentou um plano preliminar sobre a desinstitucionalização de adolescentes nas comunidades terapêuticas, sugerindo que o CONANDA dessa continuidade ao trabalho, com o CONAD como convidado. O Sr. Edmundo Ribeiro Kroger destacou a importância de criar um Grupo de Trabalho, GT, para seguir com o processo, embora houvesse preocupações sobre o limite de

GTs estabelecido no regimento. Foi sugerido que as atividades ocorressem dentro da Comissão de Direitos Humanos e Políticas, CDHP, o que gerou um debate produtivo. A possibilidade de prorrogar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, SINASE, foi discutida, com o Sr. Ricardo W.M. Demezo esclarecendo que o prazo se estenderia até a entrega do documento final. A Sra. Marina de Pol Poniwas sugeriu a criação de um novo GT após a conclusão do SINASE, e todos concordaram em aguardar um mês para formalizar a criação do grupo em outubro. A Sra. Amanda Anderson de Souza deu início à relatoria sobre os parâmetros da socioeducação, mencionando a reunião de 9 de setembro e a extensão do prazo para análise da resolução. A Sra. Deila do Nascimento M. Cavalcanti propôs incluir a representação da sociedade civil no parágrafo sobre ouvidoria. A Sra. Taís e o Sr. Jamir foram encarregados de organizar documentos para apresentação na reunião do CONANDA. Uma reunião extraordinária de pauta única foi decidida para garantir acesso aos documentos para análise e sugestões antes da Assembleia de outubro. A Sra. Deila informou que um prazo seria aberto até a segunda-feira seguinte para contribuições na redação do texto, que passaria por aprimoramento. O texto finalizado seria disponibilizado com um prazo mínimo de duas semanas para sugestões. O FonaCriad solicitou um prazo maior para sua contribuição. A Sra. Amanda Anderson de Souza parabenizou o GT do SINASE pela elaboração da resolução e sugeriu um prazo de 15 dias para análise, que se iniciaria na segunda-feira. O FonaCriad também receberia o documento dentro desse prazo. Ao final, a votação aprovou os encaminhamentos do GT do SINASE. Solicitaram-se a substituição do Ministério da Previdência na Comissão de Orçamento e Finanças para permitir maior dedicação aos GTs. A questão das passagens para a Assembleia de outubro foi discutida, com a equipe orientada a emitir bilhetes com antecedência. A Sra. Mônica Alkmin Moreira Nunes e o Sr. Edmundo foram designados para Goiás, e a Sra. Lucinete Correa Tavares e o Sr. Renato César Ribeiro Bonfim para Sergipe. A necessidade de garantir passagens para Roraima foi mencionada, assim como a confirmação de participação em eventos para facilitar a logística. A Sra. Amanda foi designada para a Comissão de Políticas Públicas, CPP. A reunião foi encerrada com votos de um bom descanso a todos.

MARINA DE POL PONIWAS

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda



Documento assinado eletronicamente por **Marina de Pol Poniwas**, **Usuário Externo**, em 15/10/2024, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4584070** e o código CRC **90E41889**.